

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloí Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-01-6 DOI 10.22533/at.ed.016201102</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra. CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.0162011021	
CAPÍTULO 2	14
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0162011022	
CAPÍTULO 3	24
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011023	
CAPÍTULO 4	37
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0162011024	
CAPÍTULO 5	53
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
DOI 10.22533/at.ed.0162011025	
CAPÍTULO 6	69
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
DOI 10.22533/at.ed.0162011026	
CAPÍTULO 7	80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011027	

CAPÍTULO 8	91
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0162011028	
CAPÍTULO 9	106
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0162011029	
CAPÍTULO 10	118
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
DOI 10.22533/at.ed.01620110210	
CAPÍTULO 11	131
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.01620110211	
CAPÍTULO 12	141
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110212	
CAPÍTULO 13	154
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
DOI 10.22533/at.ed.01620110213	
CAPÍTULO 14	165
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
DOI 10.22533/at.ed.01620110214	
CAPÍTULO 15	180
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
DOI 10.22533/at.ed.01620110215	

CAPÍTULO 16	194
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.01620110216	
CAPÍTULO 17	208
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin	
Angelita Marques Visalli	
DOI 10.22533/at.ed.01620110217	
CAPÍTULO 18	221
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
DOI 10.22533/at.ed.01620110218	
CAPÍTULO 19	233
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.01620110219	
CAPÍTULO 20	246
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.01620110220	
CAPÍTULO 21	258
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110221	
CAPÍTULO 22	271
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
DOI 10.22533/at.ed.01620110222	
CAPÍTULO 23	284
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz	
Daniele Barbosa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.01620110223	

CAPÍTULO 24	298
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.01620110224	
CAPÍTULO 25	308
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110225	
CAPÍTULO 26	321
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.01620110226	
CAPÍTULO 27	330
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01620110227	
CAPÍTULO 28	340
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110228	
CAPÍTULO 29	351
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
DOI 10.22533/at.ed.01620110229	
CAPÍTULO 30	363
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01620110230	
SOBRE OS ORGANIZADORES	376
ÍNDICE REMISSIVO	377

ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)

Data de aceite: 27/01/2020

Elson dos Santos Gomes Junior

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Link para o Lattes <http://lattes.cnpq.br/5016117362424484>

RESUMO: O presente artigo apresenta parte dos resultados obtidos em um estudo sobre a cultura política dos integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares – RJ. A pesquisa identificou o acampamento de reforma agrária como locus do associativismo e da mobilização sociopolítica dos assentados. Desses, muitos integravam a periferia de Campos dos Goytacazes e cidades adjacentes e não possuíam qualquer histórico de mobilização em prol de direitos sociais, seja individuais ou coletivos. No entanto, com o início do trabalho de base iniciado pela militância do MST em finais de 1996 na região Norte Fluminense e, mais precisamente, em Campos dos Goytacazes, esta realidade começou a ser transformada. Neste estudo os resultados confirmam que, por conta de todo o processo desencadeado a partir do acampamento, educação política e de suas demandas como instrumento de operacionalização da luta pela reforma agrária, os assentados possuem um histórico de vida onde os índices construídos

para demonstrarem a intensidade da cultura política se mostraram maiores do que os obtidos em Campos dos Goytacazes, mesmo sendo considerado um pólo regional, principalmente, por conta da economia petrolífera.

PALAVRAS-CHAVE: Acampamento; Cultura Política; Associativismo; Mobilização Sociopolítica.

CAMP AND POLITICAL CULTURE: CASE STUDY OF THE ZUMBI DOS PALMARES SETTLEMENT - RJ (1997-2015)

ABSTRACT: This article presents part of the results obtained in a study about the political culture of the members of the Zumbi dos Palmares Settlement - RJ. The research identified the agrarian reform camp as the locus of the associativism and the sociopolitical mobilization of the settlers. Of these, many were in the outskirts of Campos dos Goytacazes and adjacent cities and had no history of mobilization for social rights, whether individual or collective. However, with the beginning of the groundwork initiated by the MST militancy in late 1996 in the North Fluminense region and, more precisely, in Campos dos Goytacazes, this reality began to be transformed. In this study the results confirm that, due to the whole process triggered from the camp, political education and its demands as an instrument of operationalization of the

struggle for agrarian reform, the settlers have a life history where the indexes built to demonstrate the intensity of political culture were larger than those obtained in Campos dos Goytacazes, even though it is considered a regional pole, mainly due to the oil economy.

KEYWORDS: Camping; Political culture; Associativism; Sociopolitical mobilization.

INTRODUÇÃO

No Rio de Janeiro o MST se consolidou em finais da década de 1990, tendo a região Norte Fluminense como a área de concentração de suas ações. Marcada pela histórica atividade canavieira, principalmente em Campos dos Goytacazes (Lewin et al., 2005), possui grandes propriedades onde, com a falência do setor sucroalcooleiro, apresentou um quadro propício para atuação do movimento.

Os integrantes destes assentamentos (total de 11 na região Norte Fluminense) são oriundos tanto do meio rural quanto do urbano e, como afirma Belo (2012), construíram organizações tanto em confluência quanto em oposição às propostas organizativas do MST. A diversidade de formas associativas e de mobilizações salienta a existência de disputas pelo direcionamento da atuação de indivíduos e sujeitos no campo. Para Neves (2008) estes “agentes mediadores” são eficientes em processos de organização, na circulação de ideias, na construção de estratégias, que são geralmente agregadas em torno de movimentos associativos e instituições.

Apesar da existência de disputas e conflitos internos referentes ao MST e demais assentados, é possível salientar a presença de formas associativas que, por meio das possibilidades jurídicas do uso social da terra entre outros fatores, apontam para características tanto instrumentais quanto a valores (Azevedo e Prates, 1995). A primeira pode ser preliminarmente discutida a partir do cálculo olsoniano baseado na relação entre custo e benefício. Para Olson (2011) as formas associativas estão permeadas por estes cálculos e os indivíduos apenas dispõem de suas energias quando o primeiro (custo) é menor que o segundo (benefício).

No que tange a associação à valores, segundo Putnam (1997), as organizações além de proporcionarem a socialização de formas de ação, também contribuem para o fortalecimento de laços de confiança. Neste sentido, o que possibilita a frações de movimentos como o MST e/ou população rural assentada continuarem atuantes mesmo depois de conquistas materiais, está associado a um aprendizado que se inicia com a participação no acampamento, com sua importância simbólica e pedagógica (Sigaud, 2004; Belo e Pedlowski, 2014); ou seja, o compartilhar de concepções e valores que se consolidaram ao longo do tempo, contribuem para a manutenção da mobilização de indivíduos e atores mesmo quando estes alcançam suas conquistas particulares.

Os conceitos de “mobilização sociopolítica” e a “sofisticação política” (Azevedo e Fernandes, 2014) tornaram-se centrais no sentido de identificar e caracterizar a cultura política existente na atuação do MST e demais assentados ligados em algum grau ao movimento, mais precisamente, dos integrantes do assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes – RJ (Este Assentamento possui 5 núcleos. Um deles, o núcleo 5, encontra-se no perímetro do Município de São Francisco de Itabapoana – RJ). Estes conceitos complementam o esforço de caracterização da forma associativa e de atuação dos assentados e do MST no referido assentamento.

COLETA DE DADOS

Sobre o questionário aplicado no Zumbi dos Palmares, salientamos ser o mesmo que foi usado para realização da pesquisa sobre cultura política em Campos dos Goytacazes e Macaé (Esta pesquisa, onde parte das análises encontra-se em Azevedo e Fernandes (2014), foi organizada pelo Observatório das Metrôpoles em parceria com a Universidade Candido Mendes e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro). Como os estudos referentes à cultura política são, desde sua formalização na Ciência Política, estudos comparativos (Almond e Verba, 1992; Rennó, 1998), foi utilizado o mesmo questionário aplicado na pesquisa sobre Campos e Macaé (Azevedo e Fernandes, 2014) para coleta de dados, possibilitando assim, a elaboração dos indicadores a respeito da cultura política do assentamento Zumbi dos Palmares (associativismo, mobilização sociopolítica e sofisticação política).

O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E ACAMPAMENTO: O CERNE DA CULTURA POLÍTICA DOS ASSENTADOS

A “formação” de um assentamento não acontece com a simples reunião de pessoas para habitar os lotes. Antes, constitui-se em um processo que em muitos casos pode demorar anos. Processo este que, na maioria das estratégias evidenciadas pelos despossuídos do campo nas últimas décadas no Brasil, tem envolvido a luta simbólica por meio dos acampamentos (SIGAUD, 2004). Além disso, envolve conflitos diretos, muitas vezes, fisicamente violentos (GRYNSZPAN, 2009) e disputas internas por meio de propostas organizativas e de concepções que muitas vezes não são confluentes.

Dito isso, um primeiro ponto a ser considerado em relação ao Zumbi dos Palmares é a origem diversa de seus integrantes (ALENTEJANO, 2005; 2011). Conforme Zinga (2004), alguns vieram de outras ocupações em cidades vizinhas, como Macaé. Outros eram moradores da periferia da cidade e foram acionados pelo trabalho de base do MST via associação de moradores, para integrarem o processo

de ocupação. Além destes, existem os trabalhadores rurais que eram empregados no campo e que viram a oportunidade de possuir o próprio pedaço de terra para trabalhar e sobreviver. Alguns destes estavam associados a sindicatos rurais, como foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana (STRSFI), que contribuiu para a articulação da ocupação (PEDLOWSKI, 2011).

Neste sentido, antes de falar de formação vale falar de encontros, de projetos de vida distintos que confluíram em uma primeira vontade que, neste caso, foi a oportunidade de ter acesso a terra e de viver nela. A “formação” do Assentamento passou pela ajuda mútua, pelo direcionamento planejado de vontades, ou seja, pela conscientização de que a condição em que estas pessoas estavam as tornou “iguais” diante de uma situação de exclusão (SIGAUD, 2004). Assim, como afirma Woodward (2011), houve a “ausência de uma consciência da diferença” em que as principais energias foram direcionadas para um objetivo comum: acessar a terra.

Esta tomada de consciência e luta tende a contribuir para a formação do que Pollak (1989) denominou de “memórias subterrâneas”, mantendo-se presente e diluída nos integrantes de certa população que buscam imposição diante das representações hegemônicas. Esta relação começou a ganhar força e movimento quando os que estavam lutando em cidades vizinhas, antes de chegarem às terras da Usina São João, afirmam alguns, tornaram-se “alvo” da militância do MST. Atuando de modo a ajudá-los a formar a ocupação e direcioná-los, em caso de reintegração de posse ou da insuficiência de terras para todos, a novas frentes de ocupação, como descreveu um assentado:

Eu era simplesmente um camarada que tava instalado ocupando uma terra lá para ser assentado também. Quer dizer, ele fez essa mobilização lá junto com o pessoal do MST, então convidando várias pessoas de Macaé, não só eu, foi várias pessoas que veio três ônibus lá de Macaé pra cá. Então foi feita essa mobilização antes de nois ocupá a terra aqui, foi feita essa mobilização em várias cidade: Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Macaé, Rio das Ostras, e outras por aqui de volta também. Então trazendo bastante pessoa. Por que chegando, tem que trazer a quantidade de pessoa pra vim pra uma ocupação tem que ser além do que o que a terra oferece de quantidade que tá ali das pessoa. Porque muitas pessoas desistem, não fica. Muitas pessoas vem pensando que o negócio vai saí rápido, não sai (“P”, assentado no Zumbi dos Palmares, 2010).

Este relato trata de dias anteriores ao 12 de abril de 1997, quando ocorreu a ocupação das terras da Usina São João. Mas esta ação contou com a presença de outros trabalhadores, como os ligados aos sindicatos rurais de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, entrevistado durante o período da coleta de dados para esta pesquisa (As entrevistas datadas em 2010 foram realizadas durante o período de Iniciação Científica, que culminou com um trabalho monográfico concluído em 2013. (GOMES JUNIOR, 2013), as participações

dos sindicatos foram importantes para a realização da reforma agrária nas referidas terras pelo fato de que

O MST ele fazia ou faz um movimento assim, as vezes, de pessoas pra entrar numa área pra obrigar ou forçar a reforma agrária e leva até mesmo pessoa que não é trabalhador rural. O sindicato é diferente. Aí o que aconteceu? Quando entraram para lá, eles tiveram dificuldade para fazer inscrição do número de família que comportava pra ser desapropriada lá a área. E eles não conseguiram. Eles iam nas casas das pessoas e tinha trabalhador que não queria fazer inscrição com eles porque tinha medo e gente que trabalhou na lavoura e na usina não fizeram. Aí eu fui procurado pelo INCRA e por uma pessoa do MST, me visitaram aqui, dizendo que precisavam de uma ajuda do sindicato pra convencer o trabalhador pra fazer as inscrições porque eles estavam tendo dificuldade de pessoas pra se inscrever porque tinha gente desconfiada. Eu disse tudo bem (J. M., presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, 2014).

A militância do MST não atuou apenas com intuito de atrair trabalhadores rurais para a ação que se planejava. Ao contrário, buscou também ampliar a frente de ocupação realizando contatos com presidentes de associações de bairro na periferia da cidade (ALENTEJANO, 2011; 2005; LEWIN et al., 2005). Assim sendo, muitas pessoas que não estavam ligadas diretamente à terra chegaram ao acampamento e, conseqüentemente, tornaram-se assentadas.

O MST começara a firmar as suas bases em Campos quatro meses antes (entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997), quando C.L. [sigilo com o nome da liderança] chegou à cidade. Sua presença em Campos destinava-se a mapear a área que seria ocupada pelo MST, além de cadastrar as famílias que por ventura estivessem interessadas na proposta do Movimento. Para tanto, C.L., como é chamado, percorreu toda área urbana e rural da cidade fazendo o que o Movimento vai chamar de “trabalho formiguinha”, indo a cada associação local, fosse ela de moradores, rurais ou favelas, para explicar o que pretendia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, quais eram suas propostas, seus desafios e sua história (LEWIN et al, 2005, p. 109).

A descrição de Lewin et al. (2011) salienta que o trabalho de militância já estava sendo há muito realizado em Campos dos Goytacazes e que, em conexão com os não contemplados em outras regiões, esperava-se a chegada de trabalhadores que já estavam na luta em cidades limítrofes, como Macaé.

Apesar da articulação descrita, o primeiro grande impasse no momento da formação do Assentamento foi justamente o de estabelecer que “trabalhador” seria contemplado, uma vez que a perspectiva apontada pelo INCRA na época apontava para as 506 famílias, o que gerou um impasse entre o MST e os sindicatos de trabalhadores rurais, em que estes últimos não vislumbravam abrir mão das famílias que inscreveram para o processo de ocupação e reivindicação diante do INCRA (uma vez que o número de famílias ocupadas era superior ao de possíveis lotes no Assentamento).

Esse conflito surgiu da tentativa do Sindicato de São Francisco de Itabapoana

de manter os trabalhadores ligados ao perímetro territorial de seu município. Com isso, caso fossem contemplados, esses trabalhadores continuariam dentro da própria cidade e nas terras que estavam mais familiarizados. Mais do que estes dois fatores, eles estariam mais próximos para a manutenção de laços de amizade e parentesco, sendo estes segundo Zinga et al. (2011) e Cordeiro e Pedlowski (2009), um dos principais fatores de continuidade de camponeses no Zumbi dos Palmares. Nas palavras do presidente do Sindicato de São Francisco:

O sindicato aqui fez aproximadamente cem inscrições, nós aqui fizemos. E Campos fez mais uns duzentos, aproximadamente trezentos inscrições. (...) Aí, o que acontece? Completou as setecentas e trinta famílias e demos entrada. Aí o INCRA veio e fez um levantamento. Lá [nas terras] não pode... não cabe setecentas e trinta famílias. Pelo levantamento da área que vai ser distribuída, é quinhentos e seis famílias. Aí marcaram uma reunião. Novamente voltamos no sindicato dos trabalhadores rurais e eles falaram que estavam com setecentas e trinta família mas só cabe quinhentos e seis. Aí eu disse: – Olha, eu vou falar uma coisa pra vocês. Vocês tira do de vocês. Agora, do meu lá do que eu fiz no sindicato e Campos aqui vocês não tira... mexe ninguém não. Por que agente passou o pente fino. O trabalhador legítimo, gente que tinha trabalhando, de carteira assinada, que a gente sabe que é trabalhador (J. M., presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, 2014).

Tal processo se deu enquanto a ocupação e as disputas estavam em andamento. Neste mesmo período, após a ocupação em 12 abril de 1997, os trâmites com o INCRA estavam em processo com vistas a regularizar a desapropriação das terras da usina São João para fins de reforma agrária, considerado:

(...) um dos mais ágeis de definição sobre reforma agrária, já no momento de uma visita do então ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann à cidade de Campos dos Goytacazes, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou em 03/10/1997 o ato de desapropriação das terras que vieram a compor o Assentamento Zumbi dos Palmares, apenas seis meses após a ocupação das terras pelo MST (CORDEIRO; PEDLOWSKI, 2009, p. 10-11).

A partir de então, o Assentamento Zumbi dos Palmares foi criado e as famílias distribuídas nos lotes. Mas essa distribuição implicou em um processo de readaptação muito grande. Apesar de as famílias terem saído de baixo da lona, elas estavam indo para lotes em que muitos não tinham nem barracas. Estavam vazios, sem qualquer construção. Houve assentados que conseguiram aproveitar construções de antigos trabalhadores da usina, mas muitos tiveram que começar do zero. Como a assentada “M”, que encontrou seu lote:

Liso, liso. Você... ia lá em cima no morro, e olhava pra cima assim, porque de lá é meio morrinho e da pra gente ver a planície né. Aí eu ficava, meu Deus como que eu vou plantar? Não tem água, não tem poço. O poço que tinha aqui atrás é salgado. Não tem um poço de água boa, não tem nada Senhor (“M”, assentada no Zumbi dos Palmares, 2010).

Assim, neste primeiro momento dentro dos lotes, os assentados tiveram problemas que são manifestos até hoje, como falta de assistência técnica, ausência do poder público, ausência de escolas (existente apenas no núcleo II), transporte público precário, falta de segurança e policiamento. Deste conjunto, afirma Pedlowski (2011) que a reforma agrária realizada no Norte Fluminense é “desassistida”. Enfrentando uma série crônica de problemas, uma vez que o governo estadual e municipal, para citar instâncias mais próximas, não materializou o reconhecimento da reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e também político, como aponta o estudo realizado nas “manchas de assentamentos” do Brasil por Leite et al. (2004).

Quanto à formação do Zumbi dos Palmares e de seus atores, podemos salientar, em uma primeira consideração, que o posicionamento da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana de colocar-se como “imprescindível” possui duas questões. Uma envolve uma instância de operacionalização da ocupação, uma vez que as famílias filiadas a este sindicato importaram para potencializar a pressão com o INCRA pela reforma agrária nas terras da Usina São João. Por outro lado, mostrou o enfraquecimento da ação inicialmente desempenhada pelo MST, uma vez que inseriu no contexto de disputa pela terra um contingente avesso à “forma acampamento” de luta, como bem definiu Sigaud (2010). Aversão esta identificada durante a pesquisa de campo. Assim, no núcleo V, onde a maioria dos assentados é oriunda do STRSFI, esta aversão à ocupação e, conseqüentemente ao MST, foi evidenciada não apenas por meio de críticas às estratégias do movimento, como também pela negação de qualquer vínculo com o MST¹.

Uma segunda consideração refere-se ao fato de que a inserção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Campos e São Francisco de Itabapoana no processo de ocupação acabaram excluindo, do acampamento e de suas potencialidades transformadoras (SIGAUD, 2004), uma fração constituinte do Zumbi dos Palmares; uma vez que os trabalhadores rurais a ele ligados não participaram da ocupação e de todo processo de troca de experiências e aprendizados. Este é um fator importante no que se refere à formação do Zumbi dos Palmares, quando consideramos a participação no acampamento como elemento primordial no desenvolvimento da cultura política dos assentados. Também, como será tratada posteriormente, uma chave interpretativa a respeito dos índices de intensidade da cultura política evidenciada no Zumbi dos Palmares.

1 Apesar de reconhecer a importância do MST para a reforma agrária, a grande maioria desqualifica a estratégia de luta via ocupação.

INDICADORES DA CULTURA POLÍTICA

Ao analisarmos os dados referentes à intensidade de associativismo e mobilização política relacionando o assentamento Zumbi dos Palmares a Campos dos Goytacazes, podemos construir uma análise enriquecedora. Como bem salientou Rennó (1998), o aparato teórico da cultura política, em sua gênese, possui o “enfoque comparativo”. Assim, vejamos os indicadores relacionados ao associativismo.

Formas de associativismo	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes
Partidos políticos	0,09	0,29
Sindicato, grêmio ou associação profissional	1,48	0,42
Igreja ou organização religiosa	1,78	1,87
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,41	0,63
Outra associação voluntária	0,09	0,53
Média	0,68	0,62

Tabela 1. Intensidade de associativismo no Zumbi dos Palmares e Campos dos Goytacazes

Com exceção do associativismo profissional, em todas as demais formas os índices que representam o assentamento são menores. No entanto, quando se considera a média esta interpretação é modificada; ou seja, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos assentados (Pedlowski, 2011), a intensidade dos índices de associativismo presentes no Zumbi dos Palmares são, em média, maiores do que os verificados na cidade de Campos dos Goytacazes (tida como polo regional).

Este dado sinaliza para um diferencial na formação da sociabilidade do assentamento, ou seja, a importância do acampamento para a gênese da cultura política dos assentados (Sigaud, 2004; Sigaud et al., 2010; Belo e Pedlowski, 2014). Logo, todo o processo de operacionalizar estrategicamente a “forma acampamento” (Sigaud et al., 2010) e, com isso, de alimentar todas as suas demandas, proporcionou aos assentados um conjunto de ações (participações, construções e experiências) que marcou o processo de formação de sua cultura política.

Quanto aos indicadores de mobilização sociopolítica, os índices são significativamente diferentes, principalmente, pela diminuição das disparidades e superioridade, em sua maioria, por parte do assentamento. Assim, além do processo que envolveu todo o período no acampamento, necessitou-se também de angariar forças para a superação de dificuldades estruturais e de serviços diretamente relacionadas ao assentamento. Neste sentido, a materialização destas ações é apresentada na tabela 2.

Modalidade de ação sociopolítica	Zumbi dos Palmares	Campos
Assinar um abaixo-assinado	1,51	1,76
Boicotar produtos	1,23	0,84
Participar de manifestação social	1,21	0,93
Participar de comício ou reunião política	1,69	1,85
Contatar políticos/alto funcionário do Estado	1,16	0,94
Dar dinheiro/recolher fundos para causas públicas	1,14	0,89
Contatar ou aparecer na mídia	1,11	0,62
Participar de fóruns pela internet	0,56	0,70
Média	1,18	1,07

Tabela 2. Intensidade de mobilização sociopolítica segundo a modalidade de ação política em Campos e no Zumbi dos Palmares

Os assentados, considerando a totalidade das formas de ação política, possuem níveis de intensidade maiores de mobilização sociopolítica que os encontrados em Campos dos Goytacazes (em sua maioria e, também, em média). Estes índices reforçam a fase de acampamento como de importância cardeal para a consolidação de tais índices.

Quanto à “sofisticação política” dos indivíduos pertencentes ao Zumbi dos Palmares, a análise será de acordo com a proposta de Azevedo e Fernandes (2014), ou seja, dividida em dois conjuntos. O primeiro, chamado de “socialização secundária”, busca apreender o índice de intensidade com que os indivíduos conversam sobre política no local de trabalho, em encontro com os amigos, em casa com os familiares, em reuniões associativas e em conversas com os vizinhos. No segundo, chamado de “exposição à mídia”, analisa a intensidade com que os integrantes do assentamento acessam informações sobre política através de jornais, televisão, rádio e internet.

Quanto ao primeiro, socialização secundária, os índices mostram que os assentados possuem baixos índices quando o assunto é “falar sobre política”. Assim, as variáveis que compõem o referido índice apontam que no Zumbi dos Palmares poucos são os momentos em que seus integrantes reservam para tratar de assuntos referentes à política, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

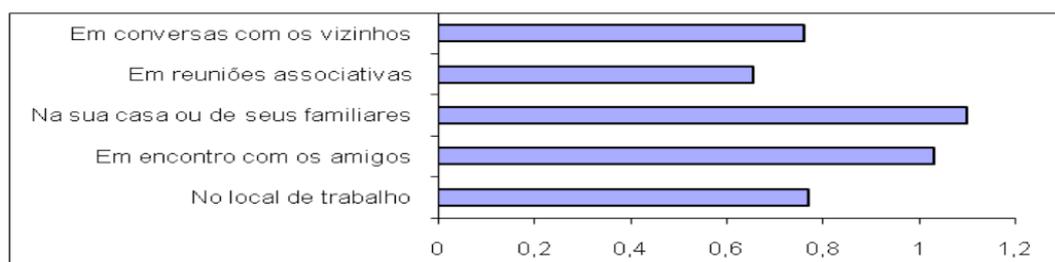


Gráfico 1. Índice de socialização secundária dos integrantes do Zumbi dos Palmares

Quanto ao acesso dos assentados a informações referentes a política por meio de mídias, estes apresentam um índice médio de intensidade igual a 1,14. Azevedo e Fernandes (2014) apontam que este dado referente aos indivíduos moradores de Campos dos Goytacazes é igual a 1,55. Quanto ao segundo, os autores apontam que a exposição à mídia informativa direciona para “sofisticação política”, principalmente, quando os indivíduos buscam informações em jornais impressos. Isto, pelo fato de exigir “maior grau de interesse, atenção e compreensão cognitiva por parte dos indivíduos”. Neste sentido, os dados referentes ao Zumbi dos Palmares apresentam a seguinte configuração:

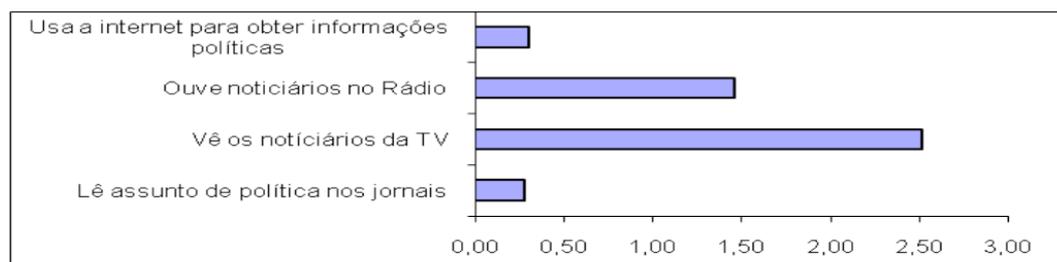


Gráfico 2. Índice de exposição à mídia informativa no Zumbi dos Palmares

Apresentando índices semelhantes aos da cidade de Campos dos Goytacazes, os assentados possuem como principais veículos de informação sobre política os telejornais e os veículos de radiodifusão. Segundo Azevedo e Fernandes (2014), quando se usa como referencial apenas os dados referentes à leitura de jornais, Campos dos Goytacazes apresenta um índice de 1,13, enquanto que no Zumbi dos Palmares é de 0,28.

Neste quadro, a respeito dos indicadores da cultura, iremos inserir a atuação das associações de moradores existentes nos núcleos constituintes do assentamento. Com isso, analisaremos os efeitos e características dos citados indicadores sobre as associações e o cumprimento de seu papel social diante dos núcleos e suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo salientou a importância do acampamento para a formação da cultura política dos assentados. Neste sentido, também mostrou que a participação de outros atores (como os sindicatos rurais) na disputa pelo direcionamento das ações do acampamento, também reverberou na formação da cultura política dos assentados. Assim, como citado a respeito dos assentados do núcleo 5.

Boa parte dos assentados deste núcleo chegou ao assentamento via sindicato. Neste sentido, demonstram repulsa a forma acampamento. Muitos afirmam até mesmo que, se soubessem que seria desta forma, não teriam aceitado participar

com o nome na contabilização do número inicial de famílias.

Estas diferenças são importantes, pois mostram a importância do acampamento enquanto instrumento de educação, de pedagogia e, assim, de formação da cultura política de pessoas excluídas da posse da terra. Com isso, estes passaram a se ver como “sujeitos de direitos” e pessoas dotadas de capacidade estratégica para atuar de forma coletiva em prol de direitos efetivados via mobilização.

Assim, quando comparamos as ações dos assentados na forma de indicadores de mobilização política podemos atestar, de forma comparativa, a importância da “forma acampamento” (SIGAUD, 2010) para a formação da cultura política destes trabalhadores; uma vez que as ações necessárias a operacionalização do acampamento e de suas necessidades, possibilitou a participação destes trabalhadores, antes excluídos, em uma série de ações que foram incorporadas ao leque de experiências pessoais e coletivas, na forma do que chamamos de “cultura política”. E isto aconteceu, principalmente, por conta do acampamento.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **La cultura política**. In BATLE, Albert. Diez textos básicos de Ciência Política. Barcelona: Ariel, 1992 [1963].

AZEVEDO, S.; FERNANDES, J. S. **Polos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana: cultura política em perspectiva comparada**. Cadernos Metrôpole (PUCSP), v. 16, n. 31, p. 195-217, 2014.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. **Movimientos sociales, accion colectiva y planificacion participativa em el Brasil**. Revista EURE, vol. 21, nº 64, pp. 103-120, Santiago de Chile, diciembre 1995.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A.. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra**. Revista NERA (UNESP), v. 17, n. 24, p. 71-85, 2014.

BELO, Diego Carvalhar. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.

CORDEIRO, M. S. S. ; PEDLOWSKI, M. A.. **Redes de sociabilidade e estratégias de luta pela reforma agrária. Um estudo de caso no Assentamento Zumbi dos Palmares**. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo: 2009.

LEITE, Sérgio. et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Ed.Unesp, 2004.

LEWIN, Mônica et al. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 2011.

PEDLOWSKI, Marco A. **Os limites da Reforma agrária desassistida na região norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados**. In: PEDLOWSKI, Marco A. et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PUTNAM Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 2007.

RENNÓ, L. **Teoria da cultura política: vícios e virtudes**. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1998.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: _____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, Petrópolis, 2011.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa et al. **Condicionantes da evasão e permanência em assentamentos de reforma agrária: o caso do Zumbi dos Palmares**. In: PEDLOWSKI, Marco A. et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. **Um Estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. Campos dos Goytacazes, 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164
Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192
Arte sacra 246, 253, 255
Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297
Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173
Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140
Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206
Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376
Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376
Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270
Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206
Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332
Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319
Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67
Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179
Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139
Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152
Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376
Etnografia 47, 216, 332

F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

N

Negritude 1

O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Pensamento educacional 154
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350
Profhistória 37, 91

R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**
Editora

2 0 2 0